

# Os sujeitos sociais da pesca artesanal em Aracaju-SE: O caso do terminal pesqueiro<sup>1</sup>

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

Igor Macedo Reis<sup>2</sup>

## Resumo:

Este trabalho é parte da minha monografia apresentada no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, onde estudei os pescadores artesanais de camarão de Aracaju-SE, mais precisamente o seu Entrepasto Pesqueiro. Nosso trabalho objetivou analisar a relação existente entre o trabalho do pescador e sua relação com os armadores, bem como a interferência direta que o comércio impõe para esse tipo de atividade laboral. Para os resultados da pesquisa empírico/teórico que aqui chegamos, utilizamos da centralidade da vida cotidiana como a chave para uma investigação histórico-ontológica. Para tanto, utilizamos como metodologia: a pesquisa etnográfica e documental, além do uso do diário de campo.

**Palavras-chave:** Trabalho, pescadores e Armadores.

## Pressupostos teórico-metodológico

Para os resultados da pesquisa empírico/teórico que aqui chegamos, utilizamos da centralidade da vida cotidiana como a chave para uma investigação histórico-ontológica<sup>3</sup>, entendendo a cotidianidade como Lukács a denominou, ou seja, como sendo uma esfera que representa o ponto inicial e final de toda atividade humana, pois é com questões da vida cotidiana que devemos apreender o devir humano dos homens que constitui o ser social, enquanto teatro concreto da existência humana em termos materiais e imateriais (Lukács, 2010).

No caso específico de nosso estudo monográfico, buscamos o concreto do mundo da pesca em Sergipe, sua determinação colocada e imposta pela (e na) cadeia produtiva. Assim, competiu a essa pesquisa, desvelar o mundo concreto dos homens que vivem diretamente dos pescados, por meio de aproximações sucessivas, do cotidiano dos pescadores e bem como também o seu fazer sociohistórico (Ramalho, 2011).

E como bem escreveu Marx:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento

---

<sup>1</sup> Esse trabalho faz parte da minha monografia defendida em fevereiro de 2013.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe, e mestrando em Sociologia pela mesma instituição.

<sup>3</sup> “Raramente o marxismo foi entendido como uma ontologia - *mas essa foi* (acréscimo meu) – filosoficamente resolutivo na ação de Marx ... A Ontologia marxiana afasta daquela de Hegel todo o elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico” (Lukács *apud* Alves, 2010, p. 90-91).

precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. (Marx, 2003, p. 248).

A nossa pesquisa caminhou atrelada por essa concepção metodológica, onde buscamos reproduzir cognitivamente o mundo dos pescadores, em seu movimento concreto, em seu fazer cotidiano, em sua lógica interna de funcionamento e suas relações com a cadeia produtiva pesqueira (Ramalho, 2012).

Para tanto, utilizamos de entrevistas semi-estruturadas com os pescadores (as) locais vinculados à pesca do camarão, atravessadores, proprietários dos meios de produção da pesca, pois entendemos que “o recurso às entrevistas obriga a apreender junto a relação com o trabalho, com a formação, com a política, com o futuro, e não a delimitar os diferentes campos de existência” (Beaud; Pialoux, 2009, p. 307). Agimos dessa forma com a finalidade de dar voz aos agentes sociais e obter informações significativas sobre o universo pesqueiro da região estudada, sendo que não encontramos trabalhos específicos sobre a pesca no entreposto de Aracaju.

A pesquisa sociológica voltada para o estudo do mundo da pesca não vem tendo a devida atenção como é o caso, por exemplo, do campesinato. De maneira geral, onde ela se apresenta é nitidamente forte a presença da etnografia como recurso metodológico, a qual tem ofertado contribuição importante para a compreensão dos processos de trabalho e sociabilidade na pesca artesanal, vide obras recentes (Britto, 1999; Ramalho, 2006) e mais antigas (Diegues, 1983).

Além da pesquisa etnográfica (observação direta e entrevistas com base na história de vida dos sujeitos do estudo<sup>4</sup>), o presente escrito fundamentou-se, também, em dados estatísticos colhidos junto ao Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Litoral do Nordeste (CEPENE) ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e aos levantamentos mais recentes feitos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Levantamos dados junto aos sujeitos sociais da cadeia produtiva (ao todo foram entrevistadas cinco pessoas, sendo dois armadores e três pescadores) e o circuito de comercialização para verificar mudanças de preços, demandas, custos, usos de novas tecnologias de pesca no Entreposto Pesqueiro. Observação direta do dia-a-dia dos pescadores e do circuito de comercialização do camarão, mapeando as rotas desses circuitos do produtor ao consumidor final.

Para uma análise mais minuciosa, que pudesse contribuir para compreendermos as relações sociais no espaço, utilizamos as observações de campo que pode ser encontrado em algumas descrições que fizemos ao longo do texto.

Esse fazer etnográfico serviu a esta pesquisa, enquanto terreno fértil para a ação de métodos comparativos entre o que observamos em Aracaju e o que já tinha se produzido sobre as cadeias produtivas da pesca em outras regiões/cidades do Brasil. Neste último caso, a partir da leitura que realizamos de obras importantes no tema.

Não podemos começar a analisar do universo pesqueiro sem antes localizarmos de onde partimos para chegarmos às afirmações aqui contidas sobre o mundo dos mares.

Partimos aqui da teoria materialista da história, a saber, de como os homens realizam e pensam suas atividades diárias para a manutenção das suas vidas, “e falar da teoria materialista é, portanto falar de Marx. E falar de Marx é falar de relações humanas do ponto de vista da produção e reprodução da vida, ou seja, falar de trabalho e também da natureza” (Ranieri, 2011, p. 127).

Dessa forma, enfatizamos que a interpretação materialista ou econômica da história nada tem a ver com um suposto impulso material humano. Ela significa que os homens reais são o tema da história e da compreensão das suas leis, e que, “para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e alguma coisa a mais”. Então, “o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida,

---

<sup>4</sup> Foram entrevistados cinco sujeitos sociais participantes da cadeia produtiva do entreposto pesqueiro de Aracaju.

um ato histórico” (Marx; Engels, 2007, p. 33). Na teoria marxista o ser humano constrói e faz a história.

Essa história esta interligada com o modo de produção e conseqüentemente com a organização social, que ira “determinar” o homem, suas idéias e seus interesses sem deixar de receber, como definiu Lukács (Idem), influências dos aspectos imateriais (ideologia, valores de mundo, aspectos ético-estéticos, etc.). Para Marx, as instituições estariam enraizadas no modo de produção e nas forças produtivas (Fromm, 1983).

Desse modo, este estudo tem como categoria central o *trabalho*, entendendo essa categoria tal qual Marx a elaborou é o lugar sobre o qual se objetiva toda e qualquer realização da nossa atividade humana. E seu produto é toda e qualquer apropriação da natureza, assim sendo, o *trabalho* acaba determinando todo o conjunto de nossas atividades, satisfazendo todas as nossas necessidades (Marx, 1983). Dessa maneira, “é impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estruturação e desenvolvimento” (Ramalho, 2006, p. 48).

Acerca do valor, da centralidade ontológica do trabalho, vale recorrer ao trecho abaixo:

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda, ao mesmo tempo sua própria natureza, “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu poder”. Por um lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. [...] Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si aquilo que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, mediante o trabalho, podem ser postas em movimento, podem tornar-se úteis. Essa transformação em coisas úteis, porém, é um processo teleológico (Lukács, 1992, p. 92).

Para vários autores (Alves, 2000; Antunes, 2009), de 1950 a 1980 foi o período em que o operariado expandiu-se e se consolidou no Brasil com a indústria, sendo o setor preponderante de nossa economia. Todavia, nos últimos vinte anos (1990-2010), essa situação reverteu-se não só no Brasil, mas também no mundo capitalista (Alves, Idem), ou seja, o mundo industrial perdeu força para os setores de serviço, por exemplo, e uma economia cada vez mais pós-industrial emergiu (Kurz, 1996). Além disso, o próprio processo industrial de trabalho sofreu mudanças, com a incorporação da informática, robótica, terceirização e enxugamento do número de postos de trabalho (Meszáros, 2002). No entanto, o trabalho continua sendo central para analisar a sociabilidade no mundo dos homens, entretanto,

Dizer que o trabalho é uma categoria essencial para a existência do ser social não é o mesmo que afirmar que a realidade da pesca só pode e deve ser explicada pelo trabalho, visto que os valores socioculturais sempre desempenharam papel significativo de influência nas escolhas/alternativas edificadas pelos grupos na construção de sua sobrevivência (Ramalho, 2006, p. 55).

Embora a pesca no entreposto de Aracaju seja marcada por uma lógica altamente mercantilizada (discutiremos essa questão mais adiante) para os padrões da pesca em Sergipe, é notório a influência de questões socioculturais no fazer laboral dos pescadores, de uma atividade tradicional, que é produzida

no seio e costumes familiares, como fica evidente em um dos depoimentos para esta pesquisa monográfica transcrito abaixo.

Nós temos todas as coisas que vêm lá de trás. O que sei sobre o mar é uma dívida que tenho com o meu falecido pai, seu João Maria. No tempo dele, não tinha essas ferramentas chiques que usamos hoje não, era todo bem feito através do saber, é por isso que hoje eu não tenho problemas com o mar, eu aprendi a viver na água só com o conhecimento que meu pai me passou. Hoje com essas coisas toda aí, que os barcos têm, fica tudo ainda mais fácil (Joaquim<sup>5</sup>, 59 anos, mestre de barco).

Além da tradição do trabalho familiar, explicita-se transformações tecnológicas nas embarcações, que não subordinam o saber-fazer ancestral dos homens do mar, segundo a fala descrita acima.

Como dissemos há pouco, o mundo do trabalho passou/passa por várias mudanças. Nesse sentido, o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, vem denominando essas transformações no mundo fabril de uma *nova morfologia do trabalho*. As novas relações com o universo laborativo têm relações bastante complexas, onde novos e variados laços de sociabilidade emergem no mundo do trabalho, onde, segundo Antunes, existem novas formas de estranhamento e alienação. Partindo de dados do autor, “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural” (Antunes, 2005, p. 13).

Essa nova morfologia do trabalho, que Antunes nos apresenta, vai muito além do operariado urbano, ela abrange tanto os trabalhadores do campo como os de serviços, onde o universo da pesca em Aracaju não fica de fora dessas mutações. Ela transformou-se num ritmo acelerado nos últimos anos (como fica claro nas entrevistas feitas por nós). Segundo os próprios sujeitos sociais da cadeia produtiva vinculados ao Terminal Pesqueiro da referida cidade, as transformações começaram a ser sentidas a partir de quando o mercado da região passou a demandar, de maneira contundente, a captura do camarão, pescado que exige das embarcações um maior incremento tecnológico (redes de arrasto duplo; maior tempo de permanência no mar; embarcações maiores para guarda e gelar o pescado extraído das águas, etc.), como observei e constatei de acordo com os relatos.

Destarte, para Antunes, há uma alteração e ampliação de novas formas de extrair a única mercadoria que o trabalhador possui: sua força de trabalho. Assim sendo, o mundo do trabalho ficou mais heterogêneo, multifacetado, repleto de novas dinâmicas e processos, mas sem que essas transformações levem de fato a possibilidade levantada por Gorz, de um possível fim do proletariado. Mas que na verdade essas transformações no mundo fabril trouxeram novas formas de configurações (Antunes, 2008).

Se num universo mais industrializado, como numa fábrica de automóveis, essas novas dinâmicas e processos - evidenciadas por Antunes (Idem) - ficam mais visíveis, por ocupar, grosso modo, “o coração do modo de produção capitalista” na pesca realizada em Aracaju do camarão (a mais capitalizada). Embora ela não seja uma pesca industrial, possui elementos altamente mercantilizados (como veremos mais a frente), dada a suas proporções, a forte demanda mercantil e as novas dinâmicas socioeconômicas existentes na cadeia produtiva, processos sociais podem ser observados. Por exemplo, o armador (dono de barco), com o avanço da tecnologia nos mares, explora cada vez mais a força de trabalho do pescador, para repor investimentos feitos e auferir mais lucros.

Se por um lado a tecnologia tornou mais “fácil” a pescaria, como vimos no relato do mestre de barco acima, por outro lado, ela possibilitou o surgimento de outrem, os armadores, que não participam

---

<sup>5</sup> Os nomes dos nossos entrevistados foram aqui substituídos por nomes fictícios, para não expô-los.

diretamente do trabalho pesqueiro, mas que, por deterem os meios de produção (barcos, redes, etc.), exercem maior controle sobre os pescadores<sup>6</sup>.

Através de uma série de dados, Antunes (Ibidem), vai apontar que é nítida a diminuição do proletariado fabril, industrial e manual, em grande medida devido à automação, a robótica, que por sua vez geraram em grande escala o que Antunes vai denominar, partindo de Meszáros, de desemprego estrutural.

Para Antunes, houve, sem dúvida, a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto, mas esse trabalho vivo não pode ser eliminado no processo de criação de valores, pois não há como o capital sobreviver sem ele. Diante disso, o que está acontecendo é que o trabalho vivo está cada vez mais intensificado num tempo cada vez mais reduzido. Sem a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto não tem como o sistema produtivo do capital se manter (Antunes, 2008). Como já observamos anteriormente, mesmo não sendo uma produção altamente capitalizada, na pesca também:

Nada está desconectado do domínio do campo produtivo, que nasce do saber-fazer e se vivifica na cultura material e imaterial do trabalho, reforçando a esfera da produção quando imprime em seus instrumentos de pesca o trabalho humano, sua supremacia em detrimento do trabalho morto, a engenhosidade que é ser pescador artesanal (Ramalho, 2012, p. 134).

Nessa nova fase do capitalismo, cujo tempo livre do trabalho é gasto com mais ênfase no capital, basta olhar os shoppings lotados. Aí a subjetividade do trabalhador é cada vez mais explorada, seja dentro ou fora do seu universo de trabalho (Alves, 2011), havendo, portanto, uma captura da subjetividade do mesmo.

E como já foi dito, a máquina não substitui o trabalho humano, necessitando cada vez mais de sua subjetividade, traçando um novo patamar de reificação, onde, segundo Antunes (Ibidem), distancia-se cada vez mais do exercício de uma cotidianidade autêntica. Dessa forma, tanto a captura da subjetividade e o distanciamento de uma cotidianidade autêntica, são expressões que se colocam para os pescadores, pois os mesmos pertencem a uma totalidade social que não os deixam alheios ao sistema do capital, como fica claro na passagem a baixo:

A objetivação do trabalho produz uma nova forma de ser, porque é movimento e também trabalho passado acumulado, que se corporifica nas maneiras de organizar a produção pesqueira, de conhecer o ambiente natural em constante transformação e de vincular-se a uma totalidade social móvel e inescapável, que atinge o cotidiano dos pescadores, em decorrência do mercado e da divisão social do trabalho (Ramalho, 2012, p. 126).

Isto é, mesmo guardando singularidades em relação a outras formas de trabalho (o industrial, por exemplo), a pesca artesanal não deixa de ser um complexo social articulado a um complexo mais amplo que a envolve e a influencia decisivamente, os marcos da dinâmica capitalista. Marcos esses que não se expande de maneira homogênea, embora guarde características universais (a subordinação aos seus processos de acúmulo de riqueza, de exploração direta ou indireta).

Diante de tudo que problematizando acima, a opção por focarmos o universo do trabalho na pesca artesanal é algo extremamente importante, especialmente pelo fato de que a sociologia e a antropologia do trabalho não terem ofertado atenção as transformações do trabalho entre grupos que estão fora de circuitos mais mercantis de produção (serviços, indústrias, agronegócios – o último em menor medida que os dois anteriores -, etc.).

---

<sup>6</sup> Essas questões da cadeia produtiva em Sergipe será exposta com maiores detalhes na continuação desta monografia.

## Trabalho e Comércio na Pesca Aracajuana

Nosso trabalho de campo foi realizado no principal entreposto pesqueiro da referida cidade (o Terminal Pesqueiro de Aracaju), que se situa no centro da cidade. Assim, as nossas entrevistas, observações e anotações de diário de campo foram realizadas com foco nos sujeitos que atuam e fazem uso do referido espaço, especialmente a relação dos pescadores com os armadores de pesca. Dessa maneira, o Terminal Pesqueiro nos serviu para analisar e compreender a maneira como se apresenta as relações sociais da cadeia produtiva pertencente à pesca do camarão na localidade.

Dentro do universo conceitual que traçamos até aqui sobre a pesca e o trabalho, buscaremos daqui para frente demonstrar como essa articulação se apresenta na pesca aracajuana. Respeitando as peculiaridades que há entre a pesca e outras atividades laborais do Ser Social.

A produção pesqueira no Brasil é bastante diversificada, marcada por profundas e relevantes diferenciações, que provoca impacto não apenas na economia, mas, principalmente, na vida cotidiana de todos os trabalhadores do mar, rios e estuários. Os pescadores artesanais, que representam a maior parcela desses trabalhadores, são os mais afetados pelas formas de produção que é realizada no seu ambiente pesqueiro, a partir de ações oriundas de iniciativas privadas (empresas industriais que despejam seus resíduos nas águas, etc.) ou públicas (instalação de obras portuárias, por exemplo), além do processo de especulação urbana que exclui os pescados, expulsando-os de seus antigos locais de morada.

Diegues (1983) classifica a produção de pesca na região de Ubatuba - mas que poderíamos alargar essa classificação para todo o Brasil - da seguinte maneira: a produção dos pescadores-lavradores, dos pescadores artesanais, dos armadores e embarcados e a produção de empresas de pesca. As duas primeiras representam a produção mercantil simples e as duas últimas à produção capitalista.

No estado de Sergipe é possível encontrar duas formas dessa produção: a dos pescadores artesanais e a dos armadores e embarcados. Nas nossas observações de campo de fevereiro a abril de 2012, constatamos que o tipo de produção que é realizada no local é a produção dos armadores, ou seja, do dono do barco, o que é possuidor de todos os meios de produção (barcos, redes e demais armadilhas). Vale frisar que aqui entenderemos a produção dos armadores, grosso modo, da seguinte forma: o armador não participa da pescaria, que é formada, pelo mestre de barco e pelos embarcados que por sua vez são denominados também de pescadores artesanais. Não há salário, mas divisão em partes, fato que distingue a pesca do armador de um empreendimento pesqueiro industrial no sentido clássico (assalariamento). Tem-se aqui uma pesca semi-industrial, mas não industrial (Diegues, Idem).

Todavia, cabe dizer que tal definição efetivada acima, estará dialogando de acordo com algumas especificidades da nossa região pesquisada, para que o aludido conceito não seja transportado de modo mecânico.

Em nosso estudo, o armador que, além de dono do barco, é também aquele que fica responsável em garantir o óleo, o gelo e a manutenção do barco, bem como também o rancho (a alimentação) para os embarcados (pescadores), cuja divisão em partes da produção capturada os beneficia.

Assim sendo, a divisão da produção do pescado acontece da seguinte forma: o armador tira a despesa que gasta para a manutenção e o que sobra é dividido metade entre o armador e a outra metade para os embarcados (pescadores e o mestre). No caso desse último, ele (o mestre) fica com três partes. Dado o exposto, podemos notar a discrepância existente na hora da divisão da produção, o que mostra a existência da exploração do trabalho do pescador, bem como também a acumulação de capital realizada pelo dono do barco, que reinvestirá esse excedente na compra de mais barcos e demais meios de produção, além de lucros que serão incorporados a sua condição de vida.

Cabe destacar um aspecto interessante. Os armadores do Terminal Pesqueiro de Aracaju convivem não numa luta com os seus “empregados”, pois essa categoria de profissionais não se encontra organizada politicamente, o que não os leva a oferecer qualquer tipo de resistência mais consistente à expropriação que estão submetidos ante aos armadores. Na realidade, a disputa que os

armadores efetivam é, em larga medida, com os responsáveis pelo escoamento do pescado, que são os atravessadores, ou seja, entre as frações de classe dominante que se apresentam na cadeia produtiva do camarão no local pesquisado – voltaremos a essa discussão mais a frente, por hora para entendermos como funciona a cadeia produtiva da pesca, se faz necessário entendermos como é que se realiza o recrutamento dos pescadores artesanais.

Pelas nossas entrevistas, fica claro que o dono de barco procura um mestre, e este não necessita ter uma relação *a priori* com o armador. Não há nenhuma forma de camaradagem, laços familiares e/ou de compadrios que possam fazer com que esse mestre permaneça por muito tempo no mesmo barco ou ser escolhido para conduzir o barco e os homens no mar alto. Foi possível observar e verificar pelas entrevistas que o deslocamento de um mestre para várias embarcações é algo constante e realizada sem nenhuma forma de sanção moral – em alguns estudos sobre o universo da pesca é possível notar que existe um certo pertencimento do mestre e do pescador a um único barco, onde valores como companheirismo é algo inerente ao ato de pescar, especialmente pelo fato da tripulação ser a própria família (Ramalho, 2006; Maldonado, 1986).

O caso de nosso objeto de pesquisa requer um pouco mais de atenção para esse fator ligado à relação social no trabalho, pois, ao contrário dos trabalhos mencionados e da realidade por nós pesquisada, podemos dizer que existe uma racionalização mais capitalista do trabalho pesqueiro na pesca aracaçuana do camarão. Algo similar, no que concerne ao aparecimento de uma racionalidade mais vinculada ao mercado, foi encontrada por Fernando Mourão (2003) em meados do século passado na pesca de São Paulo, o que levou ao autor frisar que aquilo era uma forma racional moderna – no sentido weberiano do termo – das relações sociais pesqueiras, composta por uma ideologia da pesca, que segundo o autor, contribuiu para a motorização dos barcos e intensos vínculos mercantis, pois essa ideologia colocava os pescadores em uma corrente hierárquica, onde quem possuía um melhor equipamento, tinha perante os demais pescadores um *status* mais elevado.

Para a mestrança do barco, geralmente se procura o mestre pela confiança, mas essa confiança buscada pelos armadores não diz respeito a um *ethos* relacionado à amizade ou companheirismo, mas sim há uma confiança no sentido de que aquele mestre cuidará bem da sua posse (o barco). O que o armador quer do mestre, além de zelo pelos equipamentos, é permitir ganhos maiores com a produção.

Tendo chamado o seu mestre de barco para realizar a pescaria, agora o papel do recrutamento dos pescadores será realizado pelos mestres de barco. Geralmente o mestre chama os pescadores da sua confiança, do seu ambiente de camaradagem, e são raros os casos em que a relação entre pescador e mestre não se opera nesses termos. Todavia, os mestres de barco – no caso da pesca por nós estudada – atuam como gerentes do mesmo, de um negócio, que lhe é confiado pelo armador. Assim, ele (o mestre) não é somente possuidor de um conhecimento mais específico da arte de pescar, visto que se torna também - nessas circunstâncias - responsável por resolver todo e qualquer problema no ambiente laboral, bem como a partilha que os pescadores têm direito com a venda do pescado.

Como dissemos nas páginas anteriores, a cadeia produtiva da pesca, desembarcada no entreposto pesqueiro de Aracaju, é composta pelos armadores, pescadores e mestres, e a figura do atravessador, o sujeito social responsável pelo escoamento do pescado para vias de venda no mercado, seja na capital sergipana, seja em outros municípios, inclusive fora do estado de Sergipe.

Os atravessadores podem ser compreendidos, segundo a literatura sobre o universo de organização da produção e trabalho da pesca, como sendo sujeitos que realizam o *sistema de aviamento*, “numa primeira acepção, ‘aviar’ é um termo forjado na Amazônia, que significa fornecer mercadoria a crédito” (Alves, 2006, p. 66). Esse sistema, de aviamento, começou com o ciclo da borracha na região, pois a distância entre os produtores e os consumidores era grande, necessitando, assim, de alguém de fora da região que pudesse entrar em contato com o comércio, fazendo com que a venda se tornasse mais fácil, permitindo a circulação da mercadoria em centros consumidores regionais, nacionais e internacionais, numa intensa e complexa cadeia.

Enquanto que na região estudada do Estado do Pará só se apresenta dois agentes: o pescador e o aviador, no qual o primeiro é responsável pelo produto, e o segundo vende-o no mercado, oferecendo um valor no qual o pescador é obrigado a aceitar, seja em decorrência da falta de infraestrutura para escoar os pescados, seja pela grande perecibilidade dos frutos do mar, seja também pela falta de conhecimento adequado de quanto o pescado vale no mercado final (Alves, *Ibidem*).

No caso aracajuano, a relação dentro dessa cadeia produtiva é mais complexa, pois quem fornece os meios de trabalho para os pescadores não são os intermediários, e sim, os armadores. Como em Sergipe não tem uma empresa que faça a compra do pescado, os armadores são obrigados a entregar o seu produto para esses intermediários, que estipulam um preço para a compra e revendem no mercado de forma bem mais lucrativa.

A combinação desses ingredientes revela, dentre outras questões, mecanismos de exploração sobre o trabalhador da pesca, pois ele é a parte mais frágil e subalternizada da cadeia do camarão. Seu produto do trabalho e a riqueza gerada pelo mesmo são apropriadas, de um lado, pelos armadores no próprio processo de trabalho, e, do outro, pelos atravessadores no processo de circulação da mercadoria (os pescados). Ambos comandados do capital são definidos pelas frações de classe dominante que atuam no Terminal Pesqueiro de Aracaju-SE.

Por certo, em nosso estudo, além de haver a “disputa” entre o dono de barco e o pescador, o que se sobressai é a luta direta entre o armador e os atravessadores, que são as frações de classe dominante no setor pesqueiro do camarão existente no referido Terminal Pesqueiro. Mas a importância do último para o funcionamento do sistema é primordial.

Dessa forma, tanto os armadores quanto os pescadores compartilham de algo em comum, ambos não possuem controle sobre o seu produto e ficam a mercê dos atravessadores. Contudo, a relação de exploração é mais aguda para os pescadores, pois esses são os sujeitos mais subordinados nesse processo de trabalho, da cadeia produtiva pesqueira local.

Para uma solução do impasse econômico entre os armadores e os atravessadores, é colocado pelos primeiros da seguinte forma: é necessário a criação de uma cooperativa que pudesse fazer a compra do pescado desembarcado no entreposto aracajuano.

Mas essa cooperativa proposta pelo armador, a mesma seria composta apenas pelos próprios armadores, deixando os pescadores cada vez mais reféns no circuito da cadeia produtiva e do trabalho pesqueiro.

As análises das cadeias produtivas apontam essas peculiaridades: precibilidade do pescado, incertezas da produção e a falta de organização dos pescadores, inexistência de políticas públicas consistentes voltadas para o pescador artesanal (Pasquoto apud Costa, 2007). Assim sendo, a comercialização realizada por meio dos atravessadores é a articulação econômica da pesca artesanal com o mercado e a sociedade.

Para além da questão do funcionamento da cadeia produtiva da pesca em Aracaju, pudemos, através do nosso estudo, compreender como acontece a relação entre o saber-fazer do pescador artesanal e sua relação com a modernidade.

Em dos depoimento recolhido demonstra toda uma relação conflituosa entre o saber do mestre e o incremento de novas tecnologias na pesca. Essas tecnologias acabaram separando o conhecimento e arte de pescar, minimizando a capacidade criativa do pescador. Assim, o que antes era a mesma coisa, hoje é absorvida por outro tipo de conhecimento (tecnológico), que bloqueia o antigo prazer de pescar, abortando, em parte, a plenitude do saber-fazer que acontecia antigamente.

Na pesquisa de Violeta Loureiro (1985), em Vigia, no Pará, a autora identifica que a pesca artesanal, que é uma atividade tradicional que convive diretamente com as relações capitalista de produção, e que a pesca encontra com alguns dilemas perante a modernidade, um deles é que os pequenos produtores não podem reproduzirem-se a não ser subordinados ao capital; embora não tipicamente capitalista, as relações sociais dos pescadores artesanais têm seus limites determinados



pelo espaço do acúmulo capitalista, pois estão subordinados. E esse fato, para Loureiro, viabiliza a exploração.

Dessa forma, assim como encontrado na pesquisa de Loureiro (op. cit.), podemos dizer que os pescadores artesanais em Aracaju não têm como se desenvolverem economicamente (no contexto atual) sem manterem uma relação umbilical com a dinâmica sociometabólica do capital, sendo que esta, por ser uma relação social de produção personifica-se no interior das relações humanas e as determina, deixando os pescadores subordinados aos seus ditames, como ficou explicitado durante de todo o texto, de acordo com os depoimentos colhidos e observações diretas realizadas.

### Referências bibliográficas

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mudanças e continuidades do aviação na pesca artesanal. In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio-ago, 2006.

ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. O Caracol e sua concha. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Por uma etnografia sociológica. In: *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 191-204.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CEPENE-IBAMA. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil – 2006*. Tamandaré, PE, Cepene, 2008.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. In: *Revista Pegada*, Presidente Prudente, Vol. 10, n. 2, dezembro 2009.

COSTA. Adriane Lobo (Org.). *Nas Redes da Pesca Artesanal*. Brasília: IBAMA, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LEITÃO, Wilma Marques; Sousa, Isabel Soares de. *Pescadores insulares e mercados: aspectos das relações de reciprocidade no comércio de pescado no Pará*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 53-64, maio-ago. 2006.

LOUREIRO, Violeta. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos: para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

LUKÁCS, Georg. “Conversando com Lukács”. In: KOFLER, Leo(Org.). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. A ontologia em Marx: questões metodológicas preliminares. In: NETO, José Paulo (Org.) *Lukács*. 2ª. edição. São Paulo, Ática, 1992. p. 87-106 (Coleção grandes cientistas sociais).

\_\_\_\_\_. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: ALVES, Giovanni. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

\_\_\_\_\_. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, tomo 1.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MALDONADO, Simone. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). *Boletim estatístico da pesca e aquíicultura – Brasil 2008-2009*. Brasília: MPA, 2010.

MOURÃO, Fernando. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub/Cec, 2003.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar*. In: Revista ambiente & sociedade. Campinas, XIII, n. 1, p. 95-110, jan/jul, 2010. <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1a07.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Ah esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis; Campinas: CERES, 2006.

\_\_\_\_\_. *A formação histórica da pesca artesanal: Origens de uma cultura do trabalho apoiado no sentimento de arte e de liberdade*. Cadernos de Estudos Sociais – Recife, v.24, nº 2, p. 261-286, jul.dez, 2008.

\_\_\_\_\_. *A cultura do trabalho do pescador artesanal sergipano: cadeia produtiva e práticas ecossociais pesqueiras*. Projeto PIBIC/UFS, 2011.

\_\_\_\_\_. *Uma etnografia lukacsiana sobre o trabalho pesqueiro*. Margem esquerda – ensaios marxistas, São Paulo: Boitempo, n. 19, p. 123-137, outubro de 2012.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.